DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A BRUTAL TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA O SETOR FINANCEIRO

Informe DIEESE RS de 5 de fevereiro de 2019

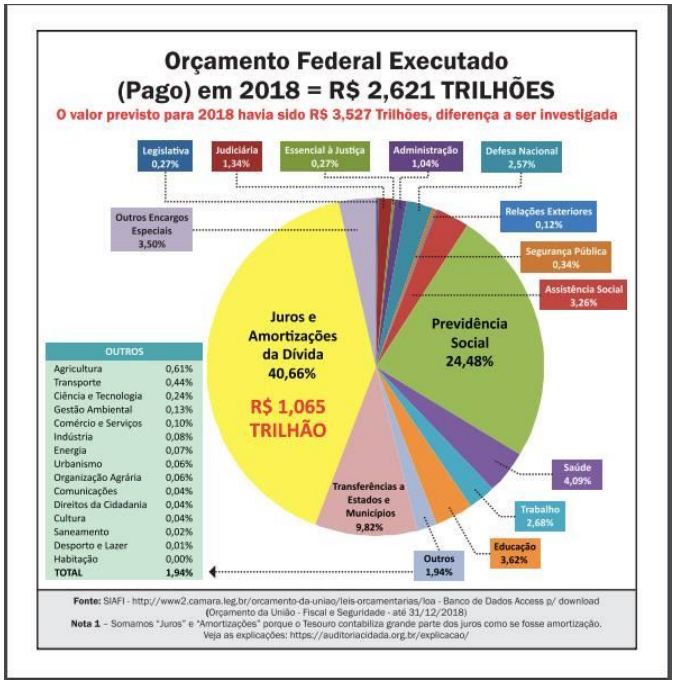
Em 2018, somente os rentistas - que representam menos de 1% da população – deverão apropriar-se de quase a metade de todo o orçamento do governo federal. Enquanto 99% da população tenderão a conviver com um crescimento pífio de aproximadamente 1,3% no PIB[1] em 2018, o 1% mais ricos receberão ganhos financeiros adicionais devido aos altos juros. Enquanto a economia patina, a taxa de crescimento do lucro dos maiores bancos no país ultrapassou 17%[2].

De acordo com o Orçamento Geral da União de 2018, o governo federal gastou R$ 1,065 trilhão com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 40,6% de todo o orçamento efetivamente executado no ano. Essa quantia corresponde a 11 vezes o que foi destinado à educação, 10 vezes aos gastos com saúde, ou quase o dobro dos gastos com a Previdência Social, conforme o gráfico 1, ao lado.

Na obsessão pelo ajuste fiscal, os "canhões" estão apontados para a renda e direitos dos trabalhadores, investimentos sociais, gastos da previdência. Pouco se fala nos bilhões de reais transferidos anualmente para os detentores de títulos públicos.

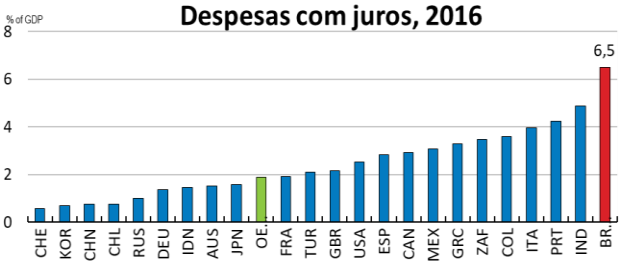
A renda deve vir do trabalho e da produção e não do mercado financeiro por meio das elevadas taxas de juros (com uma brutal transferência de renda do setor produtivo para a casta rentista), contribuindo ainda mais para a grave concentração de renda. Não há economia que consiga deslanchar com as maiores taxas de juros do planeta, conforme pode ser visto no gráfico 2. Por isso a geração de emprego e renda deveria estar no centro da política econômica. Sabe-se que um dos grandes problemas da instabilidade social é o desemprego e a grave concentração de renda. A dominância financeira é um dos maiores entraves para o desenvolvimento do país.

Gráfico 1



Fonte: SIAFI – Auditoria Cidadã da Dívida

Gráfico 2



Nota: Usando a definição de dívida do FMI, que também inclui títulos detidos pelo Banco Central que não fazem parte da dívida bruta pela metodologia oficial brasileira.
Fonte: OECD Economic Outlook Database, IMF World Economic Outlook 4/2017, Central Bank. Atualizado em 08/02/2018.

Escritório Regional do Rio Grande do Sul - DIEESE
DIREÇÃO SINDICAL: Maria Helena Oliveira (SEMAPI), Valdir Santos de Lima (SE Comércio de Porto Alegre), Gerson Antônio Borba (STI Petroquímica de Triunfo), Fabiula Dutra da Rocha (STI Purificação e Distribuição de Água no RS), Gaspar de Mello Nehering (STI Calçados e Vestuário de Parobé), Gerci Perrone Fernandes (STI da Construção Civil de Porto Alegre), Antenor Mariano Federezzi (SE Comércio Canoas), Ademir Acosta Pereira Bueno (FTI Metalúrgicas do RS).

SUPERVISÃO TÉCNICA
Ricardo Franzoi

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL
Daniela Sandi e Anelise Manganelli

[1] Conforme projeções do Banco Central.
[2] Conforme Relatório: Desempenho dos Bancos, disponível em: https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2018/desempenhoDosBancos1semestre2018.pdf